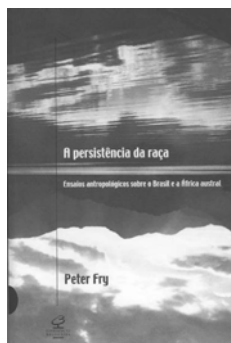


Do racismo clássico ao neo-racismo politicamente correto: a persistência de um erro

*From classic racism to politically correct neo-racism:
the resilience of a mistake*

Bernardo Lewgoy

Professor e pesquisador do Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Avenida Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43311, Sala 215A2
Porto Alegre, RS – Brasil
blewgoy@portoweb.com.br



Peter Fry
A persistência da raça.
Ensaio antropológico sobre o Brasil e a África Austral.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 348 p.

Para quem o conhece, a figura de Peter Fry é a própria imagem da urbanidade. Poderia esse cordial inglês, radicado há mais de trinta anos no Brasil, representar algum tipo de ameaça? Para a geração que se formou influenciada por ensaios seminais, como “Feijoada e Soul Food: notas sobre a manipulação de símbolos nacionais”, as mudanças no pensamento do autor podem ter ressonâncias subjetivas bem distintas: existem os que, independentemente da reação a suas posições, saúdam sua capacidade de autocritica e renovação intelectual. A mudança sem *mea culpa* na reflexão de Peter Fry evoca-me o caso similar de Peter Berger quando este, motivado pelo estudo do moderno fundamentalismo, reviu de forma bem humorada suas consagradas teses sobre a secularização no mundo moderno. A revisão das próprias posições é inconveniente apenas para quem reivindica a *atualidade* de seus velhos pontos de vista, caso em que é interpretada na chave da *traição* e não da *divergência* intelectual. A principal mudança de Fry II (“A persistência da raça”) em relação a Fry I (“Para inglês ver”) consiste na adoção de um ponto de vista crítico com relação a alguns pressupostos e efeitos materiais da ação do multiculturalismo em países da periferia:

A celebração da ‘diversidade’, tão em moda nos dias atuais redundando, muitas vezes, na prática, na celebração de ‘raças’ ou seu eufemismo politicamente correto, ‘etnias’. Políticas públicas denominadas ‘ação afirmativa’ são implementadas para reduzir as desigualdades ‘raciais’. Mas como essas políticas exigem de seus beneficiados uma identidade racial, a crença em raças sai fortalecida. Por mais bem intencionada que seja a ação afirmativa, ela tem como consequência lógica o fortalecimento do mito racial. (p. 16)

Mito cujo fortalecimento tem crescente apoio em organismos e fundações internacionais, os quais financiam programas de ação afirmativa no seio de uma visão de mundo em que a raça é mais do que uma construção social do pensamento racista. Para seus entusiastas ‘raça’ é uma realidade comunitária e uma categoria primária de entendimento e classificação: “A ação afirmativa tem o efeito de negar um Brasil híbrido a favor de um Brasil de raças distintas” (p. 17).

No capítulo 7, “Política, nacionalidade e o significado da ‘raça’ no Brasil”, Fry mostra que o antigo ativismo anti-racista norte-americano,

de cunho universalista – até a década de 1940 – tomava o Brasil como exemplo de convivência inter-racial não conflitiva, a ser difundido e analisado pelo resto do mundo. Hoje, a situação inverte-se quando a *doxa* acadêmica internacional supõe que a inexistência de uma consciência racial bipolar é mais perversa do que em nações nas quais o conflito racial é aberto. A crítica a essa ideologia recente leva Fry a revisitar a trajetória dos estudos sobre relações raciais, desde a proposição da idéia de uma democracia racial por Gilberto Freyre, reconstruindo essa idéia-valor como uma espécie de antídoto para o ódio racial, efeito colateral que prevê na adoção do pensamento racista.

Ao propor uma agenda maximalista de reparações, cotas e políticas diferenciadas de acordo com ‘raças’ o pensamento racista não apenas opõe-se frontalmente ao universalismo moderno e seu projeto igualitário, como fabrica suas patrulhas e demônios. Isso se agrava na medida em que essa agenda – cujos pressupostos filosóficos não são nem bons nem maus *a priori*, mas apenas na medida em que se contextualizam em ações concretas – implica a transformação de direitos constitucionais por meio da criação de ‘direitos de raça’, mesmo que provisórios, num país marcado por um fluido e situacional cálculo racial. E que conta com uma forte tradição, erudita e popular, de apologia da mestiçagem.

Mesmo com toda a sua carga de fabulação e negação de práticas racistas, o mito da ‘democracia racial’ já não parece tão antipático assim, se lido como um ideal regulador das chamadas relações raciais:

Ao contrário, dessa ortodoxia, que repudia a ‘democracia racial’ como apenas mais uma farsa ou máscara que ilude o povo, escondendo o racismo e impedindo a formação de um movimento negro de massa, prefiro pensá-la como um ideal a ser alcançado, um mito no sentido antropológico do termo: uma maneira específica de pensar um arranjo social em que a ancestralidade ou a aparência do indivíduo deveriam ser irrelevantes para a distribuição dos direitos civis ou dos bens públicos. (p. 17)

Um mito pode ser mais conveniente do que outro para ordenar o campo das relações raciais? Analisando os argumentos pró ação afirmativa, fundados no modelo bipolar ‘brancos’ *versus* ‘negros’ (contrário aos ‘estilos multipolares de classificação’), na regra da hipodescendência que entroniza a origem (e não mais na flexibilidade situacional da ‘aparência’ ou ‘marca’) e na polêmica reivindicação de direitos de raça, Fry posiciona-se decididamente contra essa tendência. O debate deixa de ser debate quando é contaminado por um racismo epistemológico, que suspeita de antemão da origem racial do sujeito que nele se envolve, constituindo um sucedâneo ideológico do ‘interesse econômico’ e da ‘psicologia de classe’ do marxismo vulgar. Nesta perspectiva, ninguém pode intervir no debate senão assumindo sua condição existencial de ‘branco’, ‘índio’, ‘negro’ etc. A negação dessa realidade essencial torna o sujeito desde sempre passível da acusação de má-fé e de auto-engano etnicamente condicionado.

Fry, ao contrário, chama a atenção para a necessidade de desracializar a compreensão e o combate ao racismo no Brasil. A chave-

mestra de sua reflexão passa pelo *détour* africano: “Se em Zimbábue e na Rodésia eu era branco e ponto, no Brasil e em Moçambique eu era branco e vírgula”. A experiência acumulada de pesquisa e atuação em três continentes permite-lhe lançar mão de um escopo histórico e cultural bastante amplo para fundamentar sua recusa da visão de mundo segregacionista. O multiculturalismo, por exemplo, pode ser facilmente relacionado aos princípios contidos nas experiências coloniais dos ingleses, como fica claro nos capítulos que analisam a história da África. Mas seria errôneo supor que a história recente de estados nacionais africanos tenha apenas repetido os projetos de seus colonizadores. A guerra civil moçambicana, por exemplo, exemplifica a complexidade das articulações entre as heranças portuguesa e inglesa. Enquanto o socialismo igualitário das elites urbanas é assimilacionista, os opositores deste conquistaram o apoio dos excluídos grupos étnicos das periferias rurais justamente por enfatizarem a tradição (e o poder) local e a diferença. Isso lhe permite olhar criticamente para os resultados de políticas de organismos internacionais cujas bem-intencionadas bandeiras do ‘desenvolvimento sustentável’ e do ‘multiculturalismo’ podem ter maus resultados dependendo do contexto em que são aplicadas. Assim, o ceticismo etnográfico de Fry permite-lhe refletir com muita perspicácia sobre os paradoxos, limites e ironias do mundo pós-colonial. O resultado é uma crítica antropológica do multiculturalismo e suas surpreendentes ligações com a revalorização do mito racial, expressa com bastante humor, como na época em que, a serviço da Fundação Ford em Moçambique, deparou com uma extrema idealização do papel do antropólogo na edificação do país:

Num primeiro momento senti-me bastante ofendido por ser classificado como ‘antropólogo’, como se só eles pudessem se interessar pela ‘tradição’. Mais tarde ficou claro, para meu pesar, que em Moçambique, a ‘antropologia’ tinha se tornado metonimicamente relacionada à celebração da diferença cultural e da tradição. (p. 80)

O pentecostalismo religioso como modernidade ambígua é o tema do capítulo 3 (“O espírito santo contra o feitiço”), um penetrante ensaio sobre as transformações nas relações sociais tradicionais. A religião analisada é um híbrido sincrético e contrapontístico entre o universalismo cristão e a cosmologia da feitiçaria. A formidável resistência histórica do sistema do feitiço é ali ressaltada, para lá da perplexidade dos observadores externos e das repetidas previsões de sua extinção. Como em outros lugares, essa religião realiza exorcismos, em que a feitiçaria é reconhecida e combatida, dialogando conflitivamente com os meandros de sua lógica. O ritual analisado promete a libertação do fardo dessa visão de mundo através do poder do Espírito Santo, curiosamente relacionado à valorização do ser branco e moderno, e à demonização da tradição africana e negra. No entanto, a despeito da representação de um cristianismo branco como grelha universal, moderna e individualista, não há propriamente uma eliminação da tradição mas uma acomodação mútua, em que a idéia de pessoa, como nó holístico de uma rede de relações sociais, forma um complexo e pouco harmônico condomínio com o individualismo moderno.

Se o mito da ‘democracia racial’ encobriu situações históricas de preconceito racial, aponta para uma nunca realizada assimilação das diferenças. A atual invocação dos direitos de raça descende diretamente do pensamento segregacionista, que naturaliza construções arbitrárias, muitas vezes não reconhecidas pelos próprios destinatários dessas propostas. Os interlocutores de Peter Fry são brasileiros e estrangeiros, militantes e intelectuais que, ao pretender constituir fronteiras e atribuir direitos a comunidades étnicas, correm o risco de reforçar os mitos que pretendem combater, sem o *quantum* de indeterminação e liberdade que caracterizaria a proposta multiculturalista como um projeto entre outros na arena política.

É no terreno da mídia que Fry salienta a imperiosa tarefa de combater o preconceito racial através da consciente modificação da relação entre lugar social, imagem e inferiorização racial. Analisando o êxito da revista *Raça Brasil*, o autor sustenta que é no plano da imagem que a valorização do negro alcançou maior eficácia, na publicidade, no telejornalismo e nas novelas, desmontando-se a equação perversa entre inferioridade racial, poluição moral e desvalorização estética. Ao promover um ideal de beleza e auto-estima negra, *Raça Brasil* opera com pressuposto racista sem o ônus do pleito dos ‘direitos de raça’. Para Fry, a revista parece optar por um racismo de corte liberal, apostando na capacidade individual e autônoma dos negros em obter êxito social, sem cota, favor ou reparação.

Os debates com Michael Hanchard – seu adversário mais citado – permitem a Fry marcar a sua posição, sustentando que aquele [ao falar do Brasil] “transforma categorias nativas em conceitos analíticos”. Nesse debate, Fry alega que a assunção do modelo de classificação bipolar ‘branco’ *versus* ‘negro’ implica uma desqualificação de estilos multipolares, populares e tradicionais, como os que graduam e flexibilizam os pertencimentos raciais através da aparência e que não equacionam origem racial com destino. E isso não significa desconhecer a tensa coexistência entre o mito da democracia racial e a visão hierárquica das ‘três raças’. Esse ceticismo etnográfico permitiu a Fry elaborar uma defesa da demonizada idéia de ‘democracia racial’, agora vista como ferrolho cultural contra o racismo, desenvolvido nos capítulos sobre estética, anemia falciforme e cotas nas universidades públicas. Se antes a democracia racial era concebida como uma *ideologia*, ou seja, como perspectiva *interessada* de sujeitos que encobre as contradições da estrutura social, é o seu sucedâneo racista que atualmente ocupa o posto ideológico *de wishful thinking*. Nesse sentido, diante dos arbitrários culturais racistas e da democracia racial, Fry prefere o segundo como ‘ideal a ser alcançado’, sendo compreensível o horror que essa posição tenha despertado em alguns entusiastas das ações afirmativas. Por ‘trair a si mesmo’ e ousar tirar do armário um cadáver politicamente incorreto.

A *persistência da raça* é, assim, um livro fundamental para vários debates em curso no Brasil contemporâneo. O estilo incisivo e equilibrado, a argumentação original e a intenção polêmica fazem desse livro uma lufada de ar fresco no debate sobre a questão racial no Brasil. Revalorizar a liberdade de pensamento e crítica contra o dogma e o preconceito é a principal contribuição desta coletânea de ensaios de Peter Fry.